

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE 2023

Professor orientador: Andre Almeida Cunha Arantes

Alunos: João Batista dos Santos Junior

PROGRAMA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIC/CEUB

RELATÓRIOS DE PESQUISA
VOLUME 9 Nº 1- JAN/DEZ
•2023•

ISSN: 2595-4563





CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

JOÃO BATISTA DOS SANTOS JUNIOR

**INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA
DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA
JUVENTUDE 2023**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Andre Almeida Cunha Arantes

BRASÍLIA

2024

DEDICATÓRIA

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada. A Deus, que me mostrou criador, que foi criativo. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

A minha abençoada família. Somos uma família unida, dedicada e com tudo para crescermos e nos tornarmos melhores a cada novo dia.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Dr. e Prof. Andre Almeida Cunha Arantes responsável pela realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa Érica Fernandes Falcão que, apesar de todas as dificuldades esteve ao meu lado e me fortaleceu em propósito e ações no dia-a-dia. Minha irmã em Cristo Professora Sandra Helena Alonso pela paciência, com esse aluno que deu trabalho. A instituição CEUB pelo ambiente criativo e amigável que proporciona.

“O homem sábio se torna famoso pelo seu bom senso; quem fala com equilíbrio promove o ensino. A sabedoria é a fonte de vida para os sábios, mas o tolo será castigado pela sua própria tolice. O coração do homem sábio controla suas palavras e os seus lábios promovem a instrução. Palavras agradáveis são como favo mel: são doce para a alma e trazem cura para os ossos.”

(Provérbios 16:21-24)

RESUMO

Os Jogos da Juventude, evento criado inicialmente pelo Ministério da Educação em 1969 com o nome de Jogos Estudantis Brasileiros, ocorre anualmente e demonstrou ser importante na formação de atletas brasileiros. Este trabalho tem o objetivo de verificar se a condição financeira foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou nos Jogos da Juventude de 2023. A amostra foi constituída por 84 atletas escolares do sexo masculino e feminino, entre 15 e 17 anos, que participaram da delegação do Distrito Federal. Utilizou-se a plataforma GOOGLE FORMS para elaborar o questionário, com perguntas fechadas, que foi enviado por meio digital aos componentes da delegação. Diante do exposto, vê-se a necessidade de se realizar mais pesquisas que abordem o contexto de estudos relacionados aos estratos econômicos para que, as políticas públicas, essenciais para diminuição de desigualdades entre camadas sociais, possam ser melhor delimitadas para a efetividade do programa de participação de alunos das redes públicas e privadas do Distrito Federal nos próximos jogos da juventude. Esse tipo de pesquisa é essencial acontecer em outras delegações, para que, se comparando resultados possam se traçar melhorias das ações públicas no fomento da distribuição de bolsa de incentivos (Bolsa Atleta e apoio do Ministério dos Esportes) e que, as mesmas possam servir de compensação para que os programas garantam as condições mínimas para que os esportistas se dediquem, com tranquilidade, aos treinamentos e competições.

Palavras-chave: Jogos da Juventude, Esporte Escolar, Desporto Educacional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. MÉTODO	10
3. RESULTADOS	11
4. DISCUSSÃO	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19

1. INTRODUÇÃO

Segundo Meira e Bastos (2011) a estrutura de esporte e programas voltados ao desenvolvimento de atletas é importante para entender o sistema esportivo dos países. No Brasil, uma iniciativa importante na área do esporte escolar foi a criação dos Jogos Estudantis Brasileiros.

No final da década de 60 o Ministério da Educação (MEC) criou uma espécie de competição escolar de âmbito nacional, cuja intenção era de favorecimento para integração nacional das escolas e descoberta de talentos esportivos, nasceu então os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) que se tornaram o ponto culminante do desenvolvimento do Esporte Escolar. Desde a criação dos jogos, em 1969, percebe-se que houve mudança na nomenclatura que identifica o evento diversas vezes (ARANTES et al, 2012).

Apesar de ser uma ação antiga, apenas recentemente os Jogos Escolares encontraram apoio na lei geral do esporte (BRASIL, 1998). A base teórica para tal incorporação foi a contribuição de Tubino (2010) quando apresentou novo conceito sobre o esporte-educação. Nesta nova definição de Tubino (2010), existe espaço para o “esporte para todos na escola” e o esporte para os que têm “vocaç o esportiva”.

Existe um processo seletivo que envolve os munic pios na fase inicial, passando pelo estado e a partir desta etapa forma delega o representativa para a etapa nacional, que atualmente se chama Jogos da Juventude para categoria 15 a 17 anos.

Ou seja, uma das condi es para participa o no evento nacional   que cada Estado promova seletivas estaduais, elegendo os melhores atletas para participar da etapa nacional. O Distrito Federal organiza os Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF) desde a d cada de 60, e em 2023 enviou uma delega o para participar dos Jogos da Juventude.

Os Jogos da Juventude s o importantes para a descoberta e promo o de talentos. Acredita-se, por m, que o poder aquisitivo tem alguma influ ncia no acesso a estes jogos. No sentido de verificar esta afirma o prop e-se esta pesquisa.   importante notar que n o existem muitos trabalhos sobre os jogos escolares e especificamente sobre a influ ncia do poder aquisitivo na forma o da delega o do Distrito Federal s o mais escassos ainda (Arantes et al. 2019 e Ferreira et al. 2020).

Os Jogos da Juventude s o um importante meio de promo o da pr tica de esportes e de detec o de talentos esportivos. Inicialmente,

acreditava-se que um baixo poder aquisitivo tivesse influência no acesso a este evento, mas ao menos no que tange a delegação do Distrito Federal no ano de 2017, isso parece não ocorrer.

Arantes et al. (2019) observaram que apesar de a maioria dos atletas escolares da Capital Federal pertencerem a um estrato econômico inferior, eles recebem diferentes formas de auxílio financeiro que possibilitam a prática esportiva, tanto da iniciativa privada como do poder público - em âmbito estadual ou federal. Adicionalmente, Ferreira et al. (2021) observou que a referida delegação registrou uma proporção maior de atletas que recebiam algum tipo de auxílio no sexo feminino. O que ainda não está claro, é se estas características ocorreram pontualmente, ou se é algo perene.

Assim, analisar estas e outras questões durante um período mais extenso, que possibilite acompanhar o possível efeito dos ajustes administrativos e das mudanças macrossociais que ocorrem ao longo do tempo, bem como acompanhar a formação da delegação local em diferentes temporadas anuais, é de grande importância para o planejamento, a avaliação e a realização de possíveis adequações das políticas públicas de esporte no Distrito Federal, especialmente em relação ao esporte escolar.

Nossa hipótese é que a condição financeira não foi determinante para definir a composição da delegação do Distrito Federal que participou nos Jogos da Juventude de 2023.

Como o objetivo principal pretende-se verificar se a condição financeira foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal participante dos Jogos da Juventude de 2023. Como objetivos específicos verificar a participação por sexo, cor e raça, rede de ensino, apoios públicos e privados, permeados pela condição financeira.

2. MÉTODO

O estudo é de natureza quantitativa. Foram enviados questionários para os treinadores repassarem aos 153 atletas da delegação escolar do Distrito Federal. Responderam ao questionário 84 atletas escolares, 40 do sexo feminino e 43 do sexo masculino, sendo que 01 dos participantes não se identificou com nenhum dos gêneros. A faixa etária desses atletas foi de 15 e 17 anos, e todos fizeram parte da delegação do Distrito Federal que participou nos Jogos da Juventude de 2023.

Esta pesquisa teve a aprovação do Conselho de Ética e Pesquisa do CEUB com o número de identificação no CAE: 6389922.6.0000.0023.

O instrumento desta pesquisa foi um questionário, desenvolvido na plataforma GOOGLE FORMS e enviado por correio eletrônico aos técnicos dos atletas escolares a serem entrevistados.

Desta forma, o contato com os atletas escolares para a recolha das informações foi realizado pelos próprios técnicos. Os técnicos receberam pelo correio eletrônico o TCLE, o termo de assentimento para os alunos e o questionário, e só liberaram o termo de assentimento e o questionário para os alunos que concordaram com os termos da pesquisa.

Os atletas escolares foram agrupados pela renda familiar declarada em extrato econômico superior e inferior, assim como consta na tabela 1.

Será utilizada estatística descritiva, formada por média, desvio padrão e distribuição de frequência, a depender de cada variável. Posteriormente, serão aplicados os testes de estatística inferencial cabíveis.

Tabela 1: Renda familiar declarada

Valor em Reais	Salários Mínimos	Grupo de Inserção
Até R\$ 6.510,00	Até 5 salários mínimos	Estrato Econômico Inferior
Acima de R\$ 6.510,00	Acima de 5 salários mínimos	Estrato Econômico Superior

3. RESULTADOS

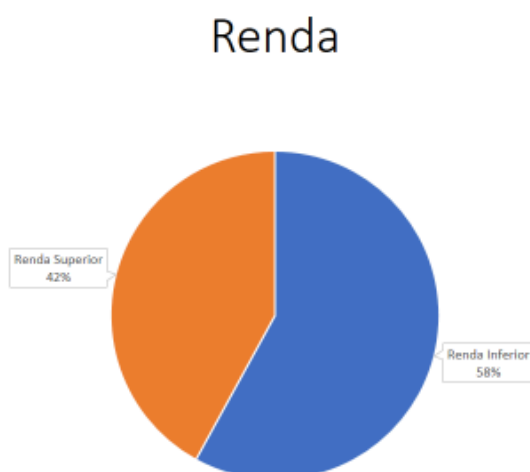


Gráfico 1 – Estrato econômico

A maior parte dos atletas escolares que fizeram parte da delegação do Distrito Federal presente aos Jogos da Juventude em 2023, está inserido no estrato econômico inferior, conforme demonstra a figura 1.

Sexo: $p=0,05$
(Renda Inferior vs. Renda Superior)

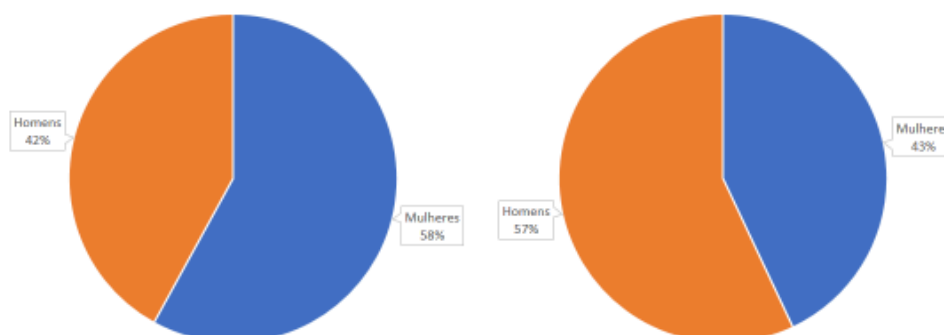


Gráfico 2 – Renda por sexo

Levando-se em consideração a amostragem total, o número de mulheres é 40, o de homens é 43 e que não se identificam com a definição de gênero binária é de 1 pessoa.

Cor e Raça: $p>0,01$
(Renda Inferior vs. Renda Superior)

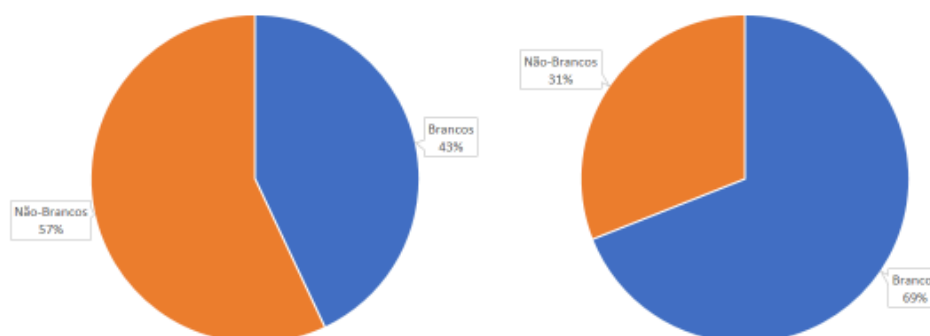


Gráfico 3 – Renda por cor e raça

Levando-se em consideração a amostragem total, o número de não brancos é 39 e número de brancos é de 45.

Rede de Ensino: $p > 0,01$ (Renda Inferior vs. Renda Superior)

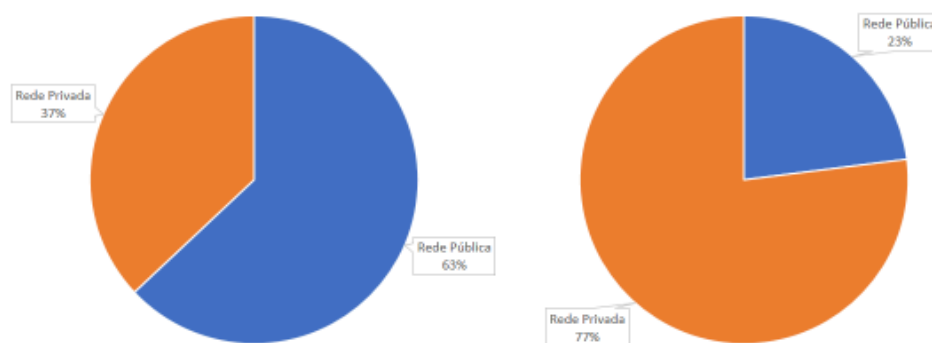


Gráfico 4 – Renda por rede de ensino

Levando-se em consideração a amostragem total, o número de estudantes da rede pública é de 39 e de escolas particulares é de 45.

Bolsa Atleta: $p = 0,05$ (Renda Inferior vs. Renda Superior)

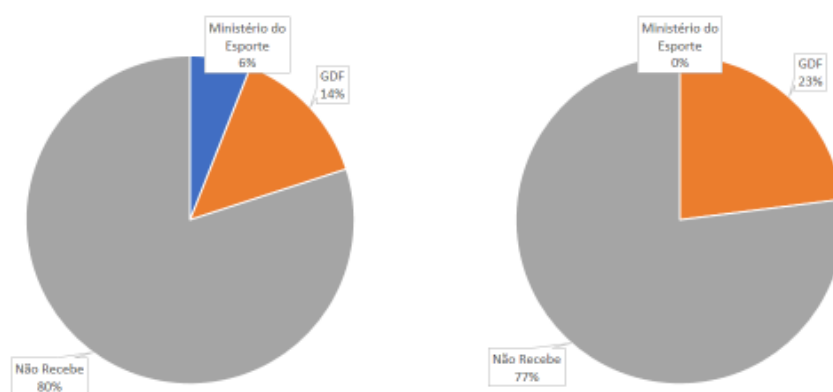


Gráfico 5 – Programa Bolsa Atleta

Levando-se em consideração a amostragem total, a quantidade de escolares de baixa renda que recebem o auxílio do Bolsa Atleta é 10 alunos e atletas escolares

de alta renda é de 8 alunos.

Compete Brasília: $p=0,78$ (Renda Inferior vs. Renda Superior)

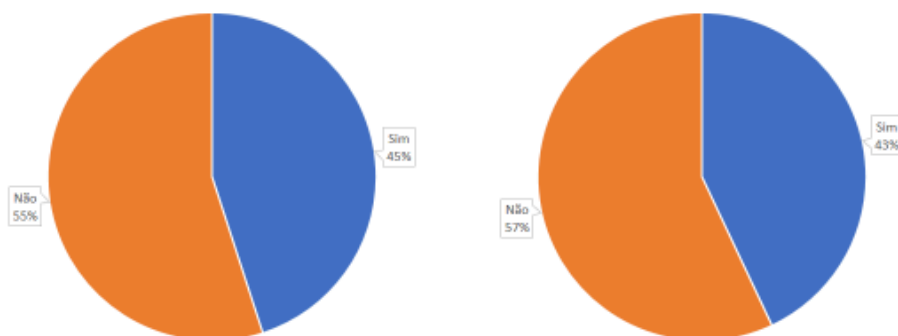


Gráfico 6 – Programa Compete Brasília

Levando-se em consideração a amostragem total, a quantidade de atletas escolares de baixa renda que recebem o auxílio do Compete Brasília é 22 do que os atletas escolares de alta renda é de 15.

Apoio do Ministério do Esporte: $p=0,23$ (Renda Inferior vs. Renda Superior)

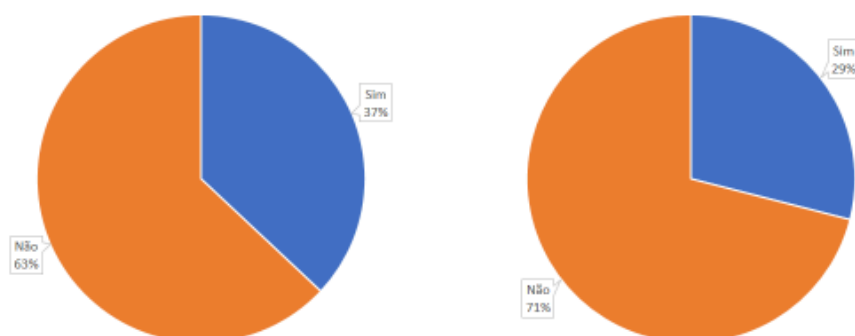


Gráfico 7 – Apoio do Ministério dos Esportes

Levando –se em consideração a amostragem total, o total de atletas escolares

de baixa renda que recebem o auxílio do Ministério do Esporte é 10 e os atletas escolares de alta renda totalizam 6.

Patrocínio Privado: $p=0,14$ (Renda Inferior vs. Renda Superior)

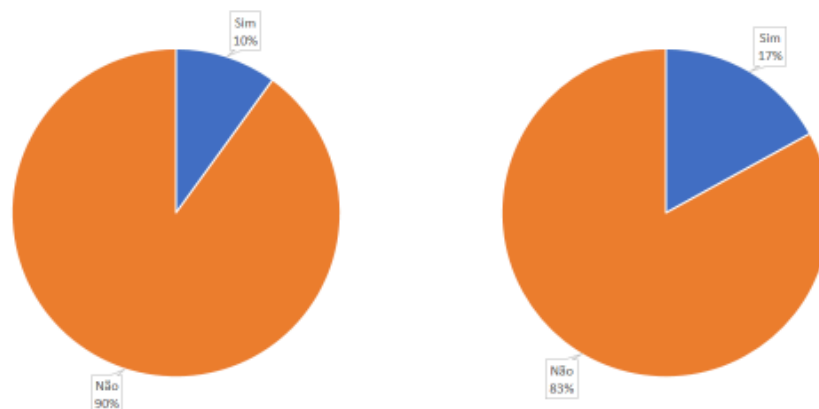


Gráfico 8 – Patrocínios Privados

Levando-se em consideração a amostragem total, a quantidade de atletas escolares de baixa renda que recebem o apoio de patrocínio privado é de 5 e dos que os atletas escolares de alta renda que recebem é de 6.

Bolsa de Estudos: $p=0,15$ (Renda Inferior vs. Renda Superior)

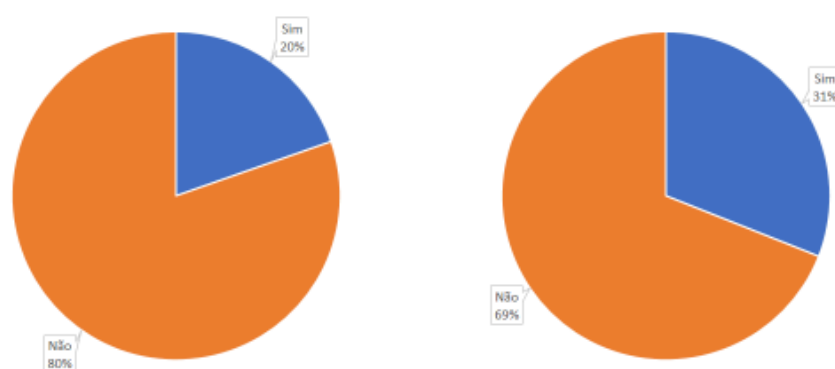


Gráfico 9 – Bolsa de estudos

Levando-se em consideração a amostragem total, a quantidade de atletas escolares de baixa renda que recebem o apoio de Bolsa de Estudos é 11 do que os atletas escolares de alta renda que recebem bolsa de estudos 11.

4. DISCUSSÃO

Os resultados deste trabalho foram apresentados na seção acima. Nesta seção trataremos de discutir os resultados obtidos nesta pesquisa comparando estes resultados com a pesquisa realizada no ano de 2017 por Arantes et. al. (2019), além das informações na literatura que possam contribuir para o melhor entendimento dos resultados obtidos. Reforçamos que essa é uma pesquisa em série que se realizou no ano de 2017, no ano de 2019 e em 2023.

Por essa questão é importante comparar os resultados desta pesquisa com os resultados da pesquisa de 2017. Embora a pesquisa de 2019 tenha sido executada, os resultados não foram publicados, pois ocorreu baixa adesão dos participantes da delegação brasileira escolar.

Os dados obtidos em nossa pesquisa revelaram que 58% da amostra estudada é pertencente ao estrato econômico inferior. Estes resultados também foram verificados por Arantes et al (2019), em estudo que apontou predominância do estrato econômico inferior na composição da delegação do Distrito Federal que disputou os Jogos Escolares da Juventude em 2017.

Esta informação nos intrigou pois é sabido que pessoas do estrato econômico inferior tem menos acesso a prática esportiva, a educação, a cultura e saúde. Segundo pesquisa realizada pelo De Oliveira (2015), do ponto de vista da escolaridade, o estudo comprovou que o percentual de pessoas praticantes de algum esporte ou atividade física foi crescendo conforme o grau de instrução, saindo dos 17,3% relativos às pessoas sem instrução, passando pelo percentual de 36,6% das que tinham ensino fundamental completo, pelos 43% que tinham ensino médio completo, até chegar aos 56,7% relativos aos com ensino superior completo.

Em nossa pesquisa localizamos a participação de 40 mulheres, no total de 84 participantes, sendo 43 do sexo masculino e 01 que não se identificou com a definição de gênero binária. Quando olhamos o percentual de mulheres no estrato de renda inferior, percebemos uma participação maior (58%) que é a participação masculina (42%). Quando olhamos o gráfico de renda superior essa situação se inverte a participação masculina é maior (57%) que as mulheres (43%). Esse dado é muito curioso e nos leva a pensar que os jogos escolares são um ambiente que favorecem a participação de mulheres de

baixa renda. A pesquisa efetuada na delegação de 2017 também apontou para uma maior participação feminina no estrato inferior.

Na visão de (FURLAN; SANTOS, 2009): “verificou-se que ainda estão presentes preconceitos em relação ao futsal feminino, e que as condições de acesso e participação nas práticas corporais e esportivas ainda favorecem o universo masculino.”

A pesquisa aponta uma participação de pessoas no estrato inferior, com as características de não brancas no total de 57%, significa que as políticas públicas estão atendendo as expectativas de dar oportunidades às pessoas pertencentes ao estrato inferior. Ademais, os de cor branca no estrato inferior totalizam 43%. Na pesquisa de Arantes 2019, não foi realizado estudo em específico sobre comparativo de cor e raça.

Importante salientar a participação de um segmento de pessoas não brancas, como o caso das mulheres, vista na visão por Cobo 2024, que afirma: “mulheres pretas ou pardas são as que menos participam do mercado de trabalho, as que mais estão dedicando horas a cuidados e afazeres domésticos e, por outros indicadores, vemos que são as que têm piores formas de inserção em termos de remuneração e qualidade de postos de trabalho”. Essa visão auxilia a entender o quão as políticas públicas de inserção estão sendo aplicadas para esse segmento social, apesar de todas as dificuldades encontradas por essas mulheres.

Quanto a pesquisa sobre a rede de ensino, a mesma aponta que o estrato inferior é de 37% dos participantes estão inseridos na rede privada e 63% na rede pública, conforme aponta o gráfico 4. De maneira geral, Arantes 2019, em estudo posterior, apontou que a maioria dos estudantes eram de escolas privadas, totalizando (71%). Este estudo foi realizado antes do período da Pandemia da COVID-19, onde a realidade socioeconômica do país era outra.

Na matéria do portal G1 (2022), que aponta a necessidade de diminuir distância entre alunos da rede pública e privada, o desafio foi diminuir as desigualdades de oportunidades no acesso ao ensino, em que demonstra que durante a pandemia, o IBGE constatou que a quantidade de alunos sem aula e sem atividade pedagógica na rede pública foi quatro vezes maior do que na rede privada, mostrando o abismo que há entre a estrutura do ensino público para o privado.

“Considera-se que a melhoria da infraestrutura das escolas é uma das maneiras de fortalecer o papel do poder público de fomentar as práticas desportivas para as crianças e os adolescentes em idade escolar”, avalia o relatório do CEEB 2020, publicado no Portal UOL (2021). Entende-se que essa

infraestrutura escolar que envolve tanto o espaço físico da escola, como salas de aula, quadra de esportes, biblioteca, refeitório, pátio, entre outros, quanto os recursos materiais e humanos está relacionado com as melhores condições de extratos superiores citados no estudo em questão. Sendo demonstrado que boa parte dos atletas da delegação fazem parte do estrato inferior no gráfico rede de ensino figura 4.

Os achados desta pesquisa relacionado às iniciativas do poder público parecem contribuir no esclarecimento desta aparente contradição. As políticas públicas de apoio ao esporte como Compete Brasília (45%), auxílio do Ministério do Esporte (37%) e Bolsa Atleta (14%), foram majoritariamente acessadas pelos atletas escolares do estrato econômico inferior. Ao que tudo indica, o acesso a estas políticas públicas aumentou o poder de competição deste estrato e criou melhores condições objetivas para uma disputa mais equilibrada.

Na pesquisa de Arantes 2019, a pesquisa apontou que as políticas públicas de apoio ao esporte como Compete Brasília foram de (53%); para o auxílio do Ministério do Esporte foi (57%); e a do Bolsa Atleta foi (66%), foram majoritariamente acessadas pelos atletas escolares do estrato econômico inferior.

Na visão da UNESCO (2013), em seu portal, “o esporte já não pode mais ser considerado um luxo em nenhuma sociedade, mas sim um investimento importante no presente e no futuro, especialmente nos países em desenvolvimento.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, vê-se a necessidade de se realizar mais pesquisas que abordem o contexto de estudos relacionados aos estratos econômicos para que, as políticas públicas, essenciais para diminuição de desigualdades entre camadas sociais, possam ser melhor delimitadas para a efetividade do programa de participação de alunos das redes públicas e privadas do Distrito Federal nos próximos jogos da juventude.

Esse tipo de pesquisa é essencial acontecer em outras delegações, para que, se comparando resultados possam se traçar melhorias das ações públicas no fomento da distribuição de bolsa de incentivos (Bolsa Atleta e apoio do Ministério dos Esportes) e que, as mesmas possam servir de compensação

para que os programas garantam as condições mínimas para que os esportistas se dediquem, com tranquilidade, aos treinamentos e competições.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. MARTINS, F. SARMENTO, P. Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução Histórica. *Motricidade*, v.8 n, S2, 2012.

ARANTES, A. GISLANE, M. MARTINS, F. SARMENTO, P. El papel de los Juegos Olimpicos Escolares em la formacion de los atletas brasilenos. *Actas Cientificas*. V ALGEDE. Buenos Aires. 2017.

ARANTES, A. A. C. ; FERREIRA, V.T. ; SANTOS, T.R.S. ; MELO, G.F. Influência da Condição Financeira na Composição da Delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude 2017. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 4, p. 217-230, 2019.

ARANTES, A. A. C. ; FONSECA, J.E.C. ; SANTOS, T.R.S. . A Delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017. *Revista Com Censo Estudos Educacionais do Distrito Federal*, v.7, p.60-67, 2020.

BRASIL. Lei 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé). *Diário Oficial da União*, 25.3.1998. Brasília: Poder Executivo, 1998

BRASIL. Decreto n. 7.984 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. *Diário Oficial da União*, 09.04.2013. Brasília. Poder Executivo, 2013.

Cobo, Barbara. Estatísticas de Gênero. Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza> Acessado em 28 mar. 2024

De Oliveira, Nlelmar. IBGE: 100 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não praticam esporte no Brasil. Portal Agência Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-05/ibge-100-milhoes-de-pessoas-nao-praticam-esporte-no-brasil> Acessado em 10 jul.2024.

FERREIRA, V.T. ; SANTOS, T.R.S. ; ARANTES, A. A. C. . Apoio esportivo aos atletas

escolares da delegação do Distrito Federal de 2017. *Olimpianos - Journal of Olympic Studies*, v. 5, p. 46-58, 2021.

Furlan, C. C., & Santos, P. L. dos. (2009). FUTEBOL FEMININO E AS BARREIRAS DO SEXISMO NAS ESCOLAS: reflexões acerca da invisibilidade. *Motrivivência*, (30), 28–43. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2008n30p28> Acessado em: 15 mar. 2024.

MEC. Programa Atleta na escola. 2013. Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MEIRA, B. T.; BASTOS, F. C. *Esporte infante juvenil: treinamento em longo prazo*.

Estrutura de organização e de promoção esportiva. São Paulo: Phorte, 2011.

Portal G1. 2022. Diminuir distância entre alunos da rede pública e privada é desafio para igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/educacao/noticia/2022/11/11/diminuir-distancia-entre-alunos-da-rede-publica-e-privada-e-desafio-para-igualdade-de-oportunidades-no-acesso-ao-ensino-superior.ghtml> Acessado em: 13 abr. 2024.

Portal UOL (2021). Quase metade das escolas brasileiras não têm local para prática de esporte. Olhar olímpico. - Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/12/14/quase-metade-das-escolas-brasileiras-nao-tem-local-para-praticar-esporte.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em: 14 ago. 2024

TUBINO, M. J. G. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem, 2010

Porta Uol: Olhar Olímpico. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/12/14/quase-metade-das-escolas-brasileiras-nao-tem-local-para-praticar-esporte.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em: 03 mai. 2024.

Ribeiro, J. S. B.. (2006). *Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização*,

sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. Cadernos Pagu, (26), 145–168. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100007>

UNESCO 2013. Dia Internacional do esporte para o desenvolvimento da paz.

Disponível em:

<https://www.unesco.org/pt/node/66694#:~:text=O%20esporte%20j%C3%A1%20n%C3%A3o%20pode,os%20valores%20universais%20do%20esporte>. Acessado em: 29 jun. 2024.